

(*) **Mg. D.G. Juan Gabriel Lasso Guerrero:** Docente Universitario – Investigador Grupo de Investigación InNova - Universidad de Nariño jglasso@udenar.edu.co **Mg. D.G. Jennifer Alejandra Castellanos Navarrete:** Docente Universitario – Investigador Grupo

de Investigación InNova - Universidad de Nariño jacastellanos@udenar.edu.co **Mg. Esp. D.G. Germán Alonso Arturo Insuasty:** Docente Universitario – Investigador Grupo de Investigación InNova - Universidad de Nariño germanarturo@udenar.edu.co

Desenho como reconhecimento do patrimônio cultural: experimento em Colatina – Brasil

Actas de Diseño (2021, julio),
Vol. 37, pp. 297-300. ISSN 1850-2032.
Fecha de recepción: julio 2020
Fecha de aceptación: febrero 2021
Versión final: diciembre 2021

Kamila Drago Bona e Rubiene Callegario Iglesias (*)

Resumo: Patrimônio Cultural incorpora expressões e manifestações culturais, bens materiais e imateriais da sociedade. O objetivo do estudo é identificar, na visão social, o patrimônio de Colatina/Brasil, por abordagem conceitual: patrimônio cultural; entrevista semiestruturada e desenhos livres, feito por crianças, sobre Colatina e elementos importantes desta. O resultado aponta o Patrimônio Cultural da cidade, reconhecido pelos pesquisados, colaborando para valorização, preservação e construção de identidades.

Palabras clave: patrimônio cultural - população - identidades locais - Colatina/ES.

[Resúmenes en inglés y español y currículum en p. 300]

Introdução

A Constituição Federal de 1988 expandiu o conceito de patrimônio, substituindo a denominação de Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro, incorporando o conjunto das expressões e manifestações culturais, ou seja, um reconhecimento na esfera material e imaterial da identidade cultural da população. Assim, peças de acervos em museus, documentos em arquivos, casas, prédios, monumentos, objetos, hábitos alimentares, vestimentas, modos de vida, fazeres e saberes manuais, artesanais, crenças, dentre outras tradições, constituem e constroem nossa identidade cultural. Isto é, assim como o indivíduo seleciona e acumula bens para “doá-los” à família, a sociedade elege elementos representativos da sua cultura, história, arte e de sua memória, quer dizer, dos processos de transformações. A evolução das cidades transforma o substrato onde a vida acontece – o edificado, e a paisagem urbana local, seus habitantes e modos de viver, possibilitando a construção de identidades, individual e coletiva. Os habitantes, em alguns casos inconscientemente, esquecem ou desconhecem os processos de modificação da cidade, gerando perda de pertencimento da população com o lugar habitado. Dessa forma, o objetivo do estudo é identificar, na visão da população, o patrimônio da cidade de Colatina, localizada no estado do Espírito Santo/Brasil. O estudo é orientado por abordagem conceitual com revisão bibliográfica ao tema patrimônio cultural; aplicação de entrevista semiestruturada a crianças de um projeto filan-

trópico social; seguida da representação/desenhos livres, na visão dessas crianças sobre a cidade e elementos importante desta. O resultado permite identificar e apontar elementos referente ao Patrimônio Cultural da cidade de Colatina, reconhecidos pelos pesquisados, ou seja, bens que possuem valor para os habitantes. Constata-se que o Patrimônio Cultural, identificado a partir dos moradores, possibilita a compreensão sócio histórica das referências culturais – patrimônio do lugar e dos habitantes – em suas manifestações, colaborando para seu reconhecimento, valorização, preservação e construção da identidade local.

Desenvolvimento

De acordo com Choay (2017) a definição do patrimônio é apresentada como uma herança que é transmitida de geração em geração. Será nas nações modernas que surgirá a ideia de patrimônio como um bem coletivo e público. Em concordância Gallois (2006), apresenta o entendimento do Patrimônio com “aquilo que se herda do pai” e se transforma ao longo de muitos séculos, para designar aquilo que uma família recebia de seus ancestrais. A palavra irá se estender, posteriormente, para domínio das cidades e das nações, e então passa a ser considerado importante cuidar de um conjunto de bens históricos e artísticos, visto como propriedade de uma nação inteira. Ou seja, a compreensão de patrimônio ultrapassa os limites do tempo, e não se restringindo apenas

aos edifícios individuais, passa a abranger aldeias, malhas urbanas, conjunto de cidades, fato confirmado segundo a lista do Patrimônio Mundial – Natural e cultural (1972) estabelecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

O patrimônio é um grande acervo, é o registro dos acontecimentos da história de um lugar, de uma sociedade, e muitas vezes se perde por falta de incentivo ou pela perda da identidade da comunidade, que sofra as mudanças e interferências do mundo globalizado (MEDEIROS; SURYA, 2012. p. 293).

No início dos anos 1960, de acordo com Freire (2005), o entendimento do patrimônio sofre alterações. Os sítios arqueológicos, protegidos pela Lei nº 3924/61, passam a ser considerados bens patrimoniais da União, ou seja, ao critério histórico e artístico se soma o interesse científico e/ou ambiental. A década de 1970 é marcada por uma ampliação institucional da área de patrimônio. Políticas específicas de preservação, inspiradas na legislação federal, são criadas em estados e municípios. A preferência à monumentalidade e aos critérios estéticos na seleção do que deve ou não ser preservado é duramente criticada. “O próprio IPHAN, avaliando sua atuação, concluiu que o conjunto de bens tombados como patrimônio nacional não refletia a pluralidade cultural e a diversidade social que caracterizam a sociedade brasileira”. (FREIRE, 2005, p.12). Ainda de acordo com Freire (2005), uma mudança no modo como a nacionalidade é pensada marca a década de 1980. Em 1989, a UNESCO estabelece a “Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular”, o que representa a ampliação do patrimônio – bens materiais e imateriais, e consequentemente as políticas públicas de preservação.

O reconhecimento do patrimônio ocorre quando as noções de tempo e identidade atuam em conjunto, e mais que “reconstruir o passado supostamente conservado ou retido, a preocupação subliminar é garantir o presente e projetá-lo em um devir, (...) o patrimônio é uma construção cultural, portanto um jogo de escolhas e um espaço de conflitos”. (COSTA & CASTRO, 2008, p.125). Segundo Castriota (2009), uma definição mais ampla de patrimônio não é suficiente, é preciso que medidas efetivas sejam propostas para a proteção da dimensão acrescentada ao patrimônio. Um desafio que ocorre desde o anteprojeto de Mário de Andrade e as primeiras formulações do SPHAN. Em resposta às novas formulações, muitos anos depois da aprovação da Constituição de 1988, são adotadas políticas públicas efetivas.

O processo de evolução das cidades transforma não apenas o substrato onde a vida acontece – o edificado, mas consequentemente a paisagem urbana do lugar, seus habitantes e modos de viver. Assim, esse cenário transformado é assimilado à cidade, e seus habitantes inconscientemente, esquecem ou até desconhecem os processos de modificação da cidade, o que gera a perda de pertencimento da população com o lugar que habita. De acordo com Marandola, Holzer e Oliveira (2014), as cidades estão em contínuas transformações, que podem ser catástrofes ecológicas, epidemias, crises econômi-

cas, utilização de novos materiais, além da assimilação de novos estilos de vida. Ou seja, o território vivencia constantes processos de mudanças, que podem ser positivos ou negativos. Desse modo, o território possui identidade, história e relação, não é simplesmente uma área geográfica - “o território não é uma coisa, mas um conjunto de relações” (MAGNAGHI, 2017, p. 17), sendo então considerado vivo - nasce e cresce.

Nos estudos sobre a produção de conhecimento espacial se faz cada vez mais necessário identificar de maneira cautelosa e dedicada, o modo como os discursos deterministas podem influenciar as práticas urbanas, como interferem nas relações de reciprocidade, de alteridade e de comunicação, onde tempo e espaço não estão apartados (SANTOS, 2002). Quando a pesquisa versa sobre a cidade em que se mora, oportunidades de “estranhamento” do olhar (VELHO, 1978) são buscadas com afinco, e quando ao longo do processo cartográfico isso acontece, o desafio de “desenraizamento” é lançado. A busca incessante por outras formas de olhar, pelo horizonte do outro, reside no interesse em conhecer seus diferentes arranjos, peculiaridades das relações de produção do espaço (LEFEBVRE, 2006).

O conhecimento dos lugares, suas identidades, reaparece de acordo com Magnaghi (2001) como fundamento para o projeto futuro de regiões, ou seja, é fundamento o reconhecimento do território na construção das civilizações, as quais possuem patrimônio, herança, reconhecendo-se culturalmente, condição necessária ao apoio de grupos sustentáveis no novo pensar para os lugares. Assim, “o lugar ressurgem na cultura econômica, geográfica, urbanística, sociológica como patrimônio a ser valorizado para o projeto futuro” (MAGNAGHI, 2001, p. 3, tradução nossa). Conforme Magnaghi (2001), o território é patrimônio, ou seja, essência da construção temporal do homem; resultado da alternância de culturas; dotado de centralidades em planejamento, projeto e gestão para um desenvolvimento sustentável na contemporaneidade, produzindo riquezas duradouras. A compreensão da identidade de um lugar, dos seus processos históricos de territorialização, segundo Magnaghi (2001), ocorre através de sucessivos ciclos de civilizações -relação entre o assentamento humano e o meio ambiente. Assim, estes ciclos não se referem à natureza original, mas, sim, são nutridos pelos atos territorializantes dos ciclos anteriores que, se reinterpretados, estruturam de modos diferentes o território.

A cultura é a mola propulsora para que a comunidade local tome posse da sua identidade, se reconheça nela, e através dela se organize socialmente. Com a valorização da cultura torna-se possível o funcionamento de toda a engrenagem social local. (SILVA, 2011, p. 112)

O patrimônio histórico e cultural, de acordo com Chuva e Nogueira (2012) é uma forma de compreensão dos processos de desenvolvimento da identidade nacional, dos territórios, visto ser um processo de transmissão de heranças, para as futuras gerações dos testemunhos do passado – manutenções e renovações. Associado a isso, Magnaghi (2011) defende a consciência do aumento de

valor do patrimonial territorial, o qual possibilita a continuidade dos lugares, que estão contínuos processos de transformações, presentes e futuras. Portanto, é preciso entender o território enquanto resultado dos saberes coletivos das gerações que vivenciam processos de territorialização do lugar, o que produz assim uma comunidade, que reconhecida por seus habitantes, com permanências e transformações decorrentes de seus processos, estabelece o reconhecimento da identidade do lugar. A mudança e a recorrência dos lugares, segundo Marandola, Holzer e Oliveira (2014), possibilitam um sentido de estar vivo, sentir-se vivo. O território, com sua estrutura social e seu conteúdo, varia no tempo, em sua história.

O município de Colatina, localiza-se no noroeste do estado do Espírito Santo/Brasil. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) possui uma área territorial de 1.398,219 km² e população de 111.788 pessoas, de acordo com o último censo realizado em 2010. O município é cortado pelo Rio Doce, relevante referencial econômico, social e físico-geográfico e elemento patrimonial estruturante da ocupação do Norte do Espírito Santo. Conforme o IBGE, o povoamento do território colatinense se efetivou a partir do último decênio do século XIX. O movimento colonizador rumo na direção do norte a partir da expansão da colônia de Santa Leopoldina. Dentro dos atuais limites municipais de Colatina, a primeira povoação formada foi Mutum (Boapaba) e, mais tarde, Barracão de Baunilha.

Aproximadamente até a década de 1920, a porção territorial de Colatina era majoritariamente vazia em termos populacionais, fato decorrente da política portuguesa de colonização e da política imperial de formação de colônias de imigração, responsáveis, respectivamente, pelo controle e pelo incentivo à constituição de núcleos urbanos. Segundo Albani (2012), o município de Colatina tem seu núcleo inicial na localidade denominada de Barracão do Rio Santa Maria, hoje denominado de Colatina Velha. Na primeira metade do século XX, de acordo com Tesch (2017), alguns distritos são criados, entre eles pela Lei Estadual nº 488, o distrito de Colatina. Em 30 de dezembro de 1921, pela Lei Estadual nº 1307, Colatina torna-se município, onde até 1933 tinha em sua constituição 09 (nove) distritos, fato que vai sendo alterado com o passar das décadas em função da emancipação desses distritos. Segundo dados do IBGE em divisão territorial datada de 2005, o município é constituído de 6 distritos: Colatina, Angelo Frechiami, Baunilha, Boapaba, Graça Aranha e Itapina. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014.

O público pesquisado são crianças, na faixa etária de 07 (sete) a 15 (quinze) anos, que fazem parte de um projeto filantrópico social, denominado “Casa do Menino”, mantido por uma instituição privada de ensino superior da cidade - Centro Universitário do Espírito Santo (UNESC), Campus Colatina. As atividades são realizadas na estrutura física existente no campus do UNESC e aplicadas a 4 (quatro) turmas, denominadas T1, T2, T3 e T4, onde a primeira conta com 23 crianças de 7 a 10, a segunda com 20 crianças de 11 a 12 e as duas últimas com 17 crianças de 13 a 15. Toda a atividade é acompanhada pelas professoras do curso de Arquitetura e Urbanismo

do UNESC, Kamila Drago Bona e Rubiene Callegario Iglesias, com auxílio de 03 (três estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNESC) Amanda Faria dos Santos, Grazielle Rigueto Venturini e Larissa Silva Nascimento. O início das atividades é acompanhado pela supervisora pedagógica da Casa do Menino, Samara Martins Amaral Monteiro.

A primeira etapa da pesquisa é a aplicação de uma entrevista semiestrutura as crianças. Distribui-se uma folha a cada participante, com perguntas que buscam compreender o entendimento desses sobre o lugar que habitam, com suas possíveis transformações e por conseguinte sua estrutura atual. Como forma de auxiliar o entendimento do pesquisado, a última pergunta solicita por meio de desenho a representação de “quem é você e sua vida (família, amigos, vizinho, escola, bairro, cidade, religião, atividades). A etapa seguinte da pesquisa, utiliza novamente, a representação através de desenho a mão livre. É solicitado aos participantes do estudo que represente elementos do percurso de rotina que fazem na cidade que habitam, o que permite a indicação de elementos de valoração para eles, ou seja, a indicação e reconhecimentos de bens territoriais que compõe o patrimônio cultural na visão dos que habitam o lugar. A identificação desses elementos colaborando para o reconhecimento, valorização e preservação do município e seu patrimônio. Para as etapas de desenhos são fornecidos papel A3, lápis, borracha e lápis de cor. Não há a identificação do pesquisado nas etapas.

O resultado permite identificar e apontar elementos reconhecidos pela população mais jovem da cidade de Colatina no que se refere ao patrimônio cultural, e orienta o desenvolvimento de ação educacional para todo o município a partir da perspectiva do habitante, o qual, por seu conhecimento é responsável pela construção, transformação da realidade ao seu redor. Portanto, pode-se afirmar que a representação social é um instrumento descritivo e analítico de assimilação dos pesquisados para com o território em que habitam, suas realidades e, dessa forma, podem auxiliar representações técnico-científica, na identificação do patrimônio cultural do lugar, o patrimônio territorial.

E dessa forma, entende-se ser possível a utilização da metodologia adotada para esse trabalho em outros territórios, de modo a possibilitar a leitura social de seu patrimônio cultural. Contudo, o território entendido como formas físicas, obras do indivíduo, vivência, produção e ação do homem, indica que os lugares possuem suas particularidades e com isso necessidade de adaptações na sua aplicação, o que é totalmente aconselhado em casos de metodologias participativas, que respondem às dinâmicas específicas do grupo e do lugar. Constatase então que atividades educacionais, elaborada a partir do reconhecimento da cidade pelo morador, possibilita a compreensão sócio histórica das referências culturais – patrimônio do lugar e dos habitantes - em todas as suas manifestações, colaborando para seu reconhecimento, sua valorização e preservação.

Referências

- ALBANI, Vivian (2012). *Trajatória do crescimento da cidade de Colatina*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes, Vitória.
- ALMEIDA, Renata Hermanny de; BONA, Kamila Drago; MAYER, Vanessa Krohling (2019). *Caracterização técnico-construtiva e periodização urbano-arquitetônica: análise no sítio Histórico Urbano de Itapina/ES*. Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira. Salvador, Bahia.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci (2009). *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS.
- CHOAY, Françoise (2017). *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP. 288p.
- COSTA, Marli Lopes da; CASTRO Ricardo Vieirals de (2008). *Patrimônio Imaterial nacional: preservando memórias ou construindo histórias?* Universidade do estado do Rio de Janeiro. Estudos de Psicologia, 13 (2), 125-131.
- FREIRE, Beatriz Muniz (2005). “*O inventário e o registro do Patrimônio Imaterial: Novos Instrumentos de Preservação*”. Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. Pelotas, RS: Editora da UFPEL, V. II, nº 3.
- GALLOIS, Dominique Tilkin (2006). *Patrimônio Cultural Imaterial e Povos Indígenas*. São Paulo: Iepé.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/marilandia/panorama>. Acesso em: 20 jul. 2019.
- LEFEBVRE, Henri (2006). *The production of space*. Oxford, U.K.: Blackwell.
- MAGNAGHI, Alberto (2001). *Rappresentare i luoghi*. Metodi e tecniche. Firenze: Alinea Editrici. 480 p. Disponível em: http://www.lapei.it/?page_id=568. Acesso em 07 jan. 2019.
- MARANDOLA JUNIOR, Eduardo, HOLZER, Werther, OLIVEIRA, Lívia de (Org.) (2014). *Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia*. São Paulo: Perspectiva.
- MEDEIROS, Mércia Carréra de. SURYA, Leandro (2012). *A Importância da Educação Patrimonial para a Preservação do Patrimônio*. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (org.). *Patrimônio Cultural: Políticas e perspectivas da preservação no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: MauadX : FAPERJ, p. 293-301.
- SANTOS, Milton (2002). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp.
- SILVA, Sandra Siqueira da (2011). *A PATRIMONIALIZAÇÃO DA CULTURA COMO FORMA DE DESENVOLVIMENTO: Considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o patrimônio cultural*. Revista Aurora, v. 4, n.1. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/1248>. Acesso em: 24 jan. 2019.
- TESCH, Arleida Lemke (2018). *Multiterritorialidade no distrito de Itapina, Colatina – Espírito Santo*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória.
- VELHO, Gilberto (1978). *Observando o Familiar*. In E. NUNES (Ed.), *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.

Abstract: Cultural Heritage incorporates cultural expressions and manifestations, material and immaterial goods of society. The objective of the study is to identify, in the social view, the heritage of Colatina/Brazil, through a conceptual approach: cultural heritage; semi-structured interview and free drawings, done by children, about colatina and important elements of it. The result points to the city Cultural Heritage, recognized by those surveyed, contributing to the valorization, preservation and construction of identities.

Keywords: cultural heritage - population - local identities - Colatina/ES.

Resumen: El Patrimonio Cultural incorpora expresiones y manifestaciones culturales, bienes materiales e inmateriales de la sociedad. El objetivo del estudio es identificar, en la visión social, el patrimonio de Colatina/Brasil, a través de un enfoque conceptual: patrimonio cultural; entrevista semiestructurada y dibujos gratuitos, realizados por niños, sobre Colatina y elementos importantes de la misma. El resultado apunta al Patrimonio Cultural de la ciudad, reconocido por los encuestados, que contribuye a la valorización, preservación y construcción de identidades.

Palabras clave: patrimonio cultural - población - identidades locales - Colatina/ES.

(*) Kamila Drago Bona: Mestre em Arquiteta e Urbanista; Professora do Centro Universitário do Espírito Santo (UNESC) e do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), campus Colatina. **Rubiene Callegario Iglesias:** Arquiteta e Urbanista; Mestranda em Arquitetura e Cidade pela Universidade Vila Velha; Professora do Centro Universitário do Espírito Santo (UNESC).